



SOBRE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE HIGIENE NO CONTEXTO SANITÁRIO DO INÍCIO DO SÉCULO XX

MARIANA DE CARVALHO DOLCI*

A partir de 15 de novembro de 1889, a República assumiu a missão de arrumar aquilo que julgava ter sido deixado para trás pela Monarquia. Depois de instalado, o regime “para o povo” confrontou-se com o problema de como assimilar uma população quase absolutamente analfabeta, reforçada pelo contingente de libertos e pelos milhares de imigrantes que entravam no país para trabalhar nas plantações de café. Fica evidente a contradição entre o que se pensava ser civilizado e a realidade de um povo que não tinha o comportamento político, nem a cultura, nem a maneira de morar, nem a cara que se queria que tivesse. O regime republicano trouxe consigo expectativas e fez promessas de mudanças, utilizando a instrução e a higiene como instrumentos e inserindo-as em seu programa político (ALVES, 2001:185-6).

O movimento republicano conduziu ao poder duas grandes correntes políticas: os fazendeiros do café ultraliberais, em especial de São Paulo, e os intelectuais e militares positivistas, defensores de estado centralizado e de uma gestão “científica e racional” do país, sintetizada no lema “ordem e progresso” da nova bandeira. Quanto à saúde pública, positivistas e fazendeiros tinham em comum a disposição de combater as grandes epidemias, lançando mão dos mais recentes avanços científicos. Para os positivistas, tratava-se de premissa essencial à construção de um país moderno; para os barões do café e seus associados, o fim das epidemias era essencial à continuidade dos negócios (BRENER, 2010: 25-6).

Para a medicina da época, ambientes fechados, úmidos, mal ventilados e com baixa luminosidade contribuía para a disseminação de diversas doenças. Sendo assim, lugares como a Hospedaria dos Imigrantes, cortiços, hospitais e sanatórios eram eminentes focos de epidemia (RIBEIRO, 1993:23). O desconhecimento da forma de transmissão das doenças era um impasse para que as autoridades pudessem solucionar o problema. Neste âmbito, havia o debate entre contagionistas e infeccionistas. O primeiro grupo acreditava que as epidemias

* Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Orientanda do Prof. Dr. José Leopoldo Ferreira Antunes e bolsista CNPq.

podiam ser passadas de pessoa para pessoa, e o segundo grupo acreditava que a infecção se proliferava através de miasmas no ambiente, ou seja, uma pessoa doente afeta uma pessoa sã não pelo contato físico, mas por sua ação em alterar o meio. E foram estes infeccionistas que trouxeram as ideias básicas de urbanização, que nortearam a cidade de São Paulo em fins do século XIX e começo do século XX (CHALHOUB, 2004:64-5). Mas o fato é que inexistia uma cultura de cunho preventivo. O discurso médico sobre contágio e infecção ainda era muito permeado por dúvidas e controvérsias. Era difícil para o governo convencer a população a aceitar os métodos de prevenção oferecidos, já que estes baseavam-se num discurso médico sem unidade de pensamento científico.

Higienistas passaram a ser convidados a ocupar postos de responsabilidade no serviço público republicano, criando instituições voltadas a interromper o ciclo de transmissão das epidemias (RIBEIRO, 1993:26).¹ Atendendo à exigência higiênica da época, medidas sanitárias foram estabelecidas visando o controle médico da população, para que fosse possível conduzir os imigrantes à lavoura cafeeira do Estado de São Paulo. No período de instalação e consolidação da república, promoveu-se uma reorganização do aparato institucional que lhe deveria servir de apoio. No campo da higiene, entre 1889 e 1903, foram criados: o Instituto Vacinogênico, o Instituto Bacteriológico, o Laboratório de Análises Clínicas, o Serviço Sanitário, o Laboratório Farmacêutico e o Instituto Butantã, todos em São Paulo.

Seja no campo da instrução, da higiene ou outros setores, as reformas e a criação de instituições, durante os primeiros anos do regime Republicano, apontam para uma valorização da ciência como respaldo e legitimação de um poder que se queria racional e moderno (ALVES, 2001:186).

O Instituto de Higiene teve sua origem na Cadeira de Higiene e Anatomia da Faculdade de Medicina de São Paulo, em fevereiro de 1918. No mesmo ano, seguiram para Baltimore, nos EUA, os professores Geraldo Paula Souza (1889-1951) e Francisco Borges Vieira (1893-1950). Enquanto estudavam, a Fundação mandou para o Brasil um sanitarista

¹ Deu-se um lento, porém evidente processo de diferenciação entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas. Se a reivindicação inicialmente era de que os cargos fossem monopólio de médicos, em 1929 a demanda não era para quaisquer médicos, mas médicos formados e especializados em saúde pública. Esse movimento de constituição de diferentes identidades profissionais que começa no final do século passado sofre o impacto do crescimento do Estado na área de saúde. Essa formação se daria via cursos de higiene e saúde pública ministrados pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Faculdade Nacional de Medicina, pela ida de médicos brasileiros para a John Hopkins School e pelo treinamento nos próprios serviços, e seria amplificada pela atuação da Sociedade Brasileira de Higiene, criada em 1923 (HOCHMAN, 1993:37).

renomado, Samuel Taylor Darling, especialista no combate à febre amarela, ancilostomíase e malária, que trabalhara nas obras do Canal do Panamá. Mas Darling logo adoeceu e voltou para casa, sendo substituído em 1921 por Wilson George Smilie, especialista em profilaxia da ancilostomíase.

Paula Souza retornou ao país em 1921 e, no ano seguinte, assumiu o comando do Laboratório de Higiene, instalado ao lado da Faculdade de Medicina, em um casarão que pertencera ao Barão de Piracicaba, no número 45 da rua Brigadeiro Tobias, no então elegante bairro dos Campos Elíseos. O laboratório, rebatizado “Instituto de Hygiene” em 1924, começava uma trajetória de independência em relação à Faculdade, à medicina e aos médicos (BRENER, 2010:35).



Figura 1: Antiga sede do Instituto de Higiene localizada na Rua Brigadeiro Tobias, nº45 (Fonte: Centro de Memória/Faculdade de Saúde Pública/USP)

A Faculdade de Saúde Pública chegou a ser o principal polo gerador de políticas de saúde pública para São Paulo, com repercussão nacional, tornou-se um centro formador de profissionais para todo o país e também para o exterior. Foi pioneira em áreas como Entomologia Médica, Demografia Sanitária, Saúde do Trabalhador e muitas outras, forneceu centenas de quadros para as reformas sanitárias de São Paulo, nos anos 1960/70, e do Brasil, após a queda do regime militar, em 1985 (BRENER, 2010:17).

Apesar da pouca bibliografia já produzida sobre o Instituto de Higiene e a Faculdade de Saúde Pública, nenhum dos autores se debruçou sobre o tema aqui proposto e que é importante para entender, preservar e recuperar o início da história da Faculdade que está para completar cem anos de existência.

A professora aposentada e hoje Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Nelly Martins Ferreira Candeias foi uma das responsáveis por dois estudos produzidos sobre a memória da Faculdade, quando era parte integrante da Comissão Pró-Memória nos anos 1980.² O texto “Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo — 1925 a 1967” foi escrito “por ocasião do Cinquentenário da Universidade de São Paulo, em 1984, (...) artigo comemorativo a respeito da memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. (...) fundamentou-se na análise de cartas, recortes de jornais, atas, fotografias, relatórios, projetos de lei e outros documentos de significativo valor para a história desta Instituição, no período de 1918 a 1945” (CANDEIAS, 1988:347).

Ainda em comemoração ao Cinquentenário da USP, Candeias publicou “Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1918 – 1945”. “De caráter histórico com o objetivo de dar conhecimento (...) preservar fatos, comentários, ideias e aspirações (...) o material para este fim foi cedido pela Sra. D. Evangelina Rodrigues de Paula Souza, esposa do fundador e primeiro Diretor desta Escola.”

A professora do Departamento de Saúde Ambiental e coordenadora do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, Maria da Penha C. Vasconcellos, publicou em 1995, o livro “Memórias da Saúde Pública – a fotografia como testemunha”. Foi resultado de uma pesquisa documental com base numa sequência de imagens, de diversos momentos dos setenta anos em que a Faculdade de Saúde Pública, atuou no estado e na cidade de São Paulo. Foi feito a partir do arquivo de negativos do próprio Centro de Memória.

O livro Casa de Hygeia, organizado por Jayme Brener, foi escrito em 2008, por ocasião dos 90 anos da Faculdade de Saúde Pública. Pontua fatos e personagens relevantes na trajetória da instituição, ao mesmo tempo em que descreve o contexto sociopolítico e da saúde pública paulista, brasileira e, por vezes, internacional, permitindo assim uma compreensão mais abrangente desses fatos e do papel dos diversos atores. A coordenação editorial trabalhou com material documental e entrevistas com professores da Faculdade e

² Comissão Pró-Memória: em 1982, o Diretor da Faculdade de Saúde Pública, Prof. Dr. Oswaldo Paulo Forattini, manifestou sua preocupação quanto à perda da memória científica desta instituição, a qual se evidenciava pelos seguintes fatos: objetos de valor científico abandonados e sem o devido cuidado; livros, documentos e papéis de valor histórico dispersos e/ou perdidos; fotografias de interesse para a Saúde Pública sem a devida identificação, entre outros. Sendo assim, o Prof. Forattini decidiu designar a Comissão Pró-Memória que passou a se responsabilizar por trabalhos desta natureza. Inicialmente, a comissão era composta pelas Profas. Nelly Martins Ferreira Candeias, Maria Stella Ferreira Levy e Maria Teresinha Dias de Andrade.

personalidades da saúde pública, incorporando assim suas memórias sobre a FSP e a Saúde pública.

Já a obra “São Paulo pela lente da higiene (as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade [1925-1945])”, de Cristina de Campos, procura refazer a contribuição do trabalho do sanitarista à cidade, na elaboração de projetos e propostas para que a higiene seja consolidada dentro do espaço urbano. Publicado em 2002, esse livro reconstruiu vinte anos da vida de Paula Souza e tentou desvendar as razões pelas quais a higiene foi retirada do foco de atenção das autoridades públicas em favor de um modelo urbanístico voltado à preparação da cidade de São Paulo para a industrialização que se consolidaria nas décadas seguintes.

A força da iniciativa privada nos EUA e sua tradição de participar do financiamento de serviços essenciais se estenderia também à saúde pública. A partir de uma fortuna construída com a exploração de petróleo (Standard Oil/Esso), o magnata John D. Rockefeller criou a Fundação Rockefeller. Ele patrocinou o nascimento da Universidade de Chicago (1890) e sua Fundação decidiu aplicar sólidos recursos na construção de escolas de higiene, seguindo o modelo de Flexner. A primeira delas foi a Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health, em 1916, mas os horizontes da Fundação eram largos e ela resolveu estender seu apoio à instalação de escolas em países onde havia fortes interesses norte-americanos. A filantropia tinha então encontro marcado com a agenda econômica dos Estados Unidos, uma vez que colaborar com a Saúde Pública nos países amigos significava assegurar a manutenção de bons negócios (BRENER, 2010:33).



Figura 2: Obras para a construção da sede definitiva do Instituto de Higiene, financiada pela Fundação Rockefeller. Atualmente, a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Fonte: Centro de Memória/Faculdade de Saúde Pública/USP)

Meu Doutorado³ na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo tem como objetivo descrever a criação do Instituto de Higiene como um projeto científico e político no contexto sanitário do início do século XX. É indispensável resgatar o início da trajetória da Faculdade de Saúde Pública como um desdobramento da Cadeira de Higiene e Anatomia da Faculdade de Medicina de São Paulo, para entender criticamente o papel dessa instituição na sociedade brasileira - além disso, este fato completará cem anos em fevereiro de 2018. Serão analisados também, os motivos que levaram a Fundação Rockefeller a financiar o projeto brasileiro até a construção do atual prédio na Avenida Doutor Arnaldo.

A metodologia consiste na revisão da bibliografia (artigos, livros), incluindo leitura e fichamento, essa é a base conceitual do projeto. A partir daí, abre-se um longo período de pesquisa documental em arquivos e museus que possuam documentação relativa ao período estudado. É necessário reunir e sistematizar esses documentos.

³ Em Saúde Pública.

Referências bibliográficas

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga Apropriado: Ciência, política e poder: Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 185, 186.

BRENER, Jaime (org). *A casa de Higeia: O percurso da faculdade de saúde pública de São Paulo 1918 – 2010*. Faculdade de Saúde Pública, São Paulo – SP, 2010.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Carlos: Rima, 2002.

CANDEIAS, Nelly. “Evolução Histórica da Educação em Saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1925 a 1967”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 22(4): 347-65, 1988.

CANDEIAS, Nelly. “Memória histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - 1918 – 1945”. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol.18 no.special issue São Paulo, Dec. 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Fotografias cedidas pelo Centro de Memória / Faculdade de Saúde Pública / Universidade de São Paulo.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.40-61, 1993.

MOTT, Maria Lucia e SANGLARD, Gisele (orgs.) *História da saúde: São Paulo: instituições e patrimônio histórico e arquitetônico (1808-1958)*. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ...Inventário da saúde pública, São Paulo 1880-1930*. São Paulo: UNESP, 1993.

ROMERO, Mariza. *Medicalização da saúde e exclusão social: São Paulo, 1889-1930*. Bauru, SP: EDUSC-Universidade do Sagrado Coração, 2002.

VASCONCELLOS, Maria da Penha C. (coord.). *Memórias da saúde pública: a fotografia como testemunha*. São Paulo: Hucitec / Rio de Janeiro: ABRASCO, 1995.